

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI): ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Andréa Brito de Sousa¹; César Augusto do Prado Moraes².

¹Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF, São Raimundo Nonato, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/8026278816335843>

²Universidade Federal do Piauí-UFPI-Bom Jesus, Piauí.

<http://lattes.cnpq.br/8367432373366601>

DOI: 10.47094/1CONLAPE.2026/RE/29

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pedagógicas. Políticas Públicas. Atendimento Educacional Individualizado.

ÁREA TEMÁTICA: Políticas Públicas em Educação

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, ao longo dos anos, tem se consolidado como uma diretriz fundamental das políticas públicas educacionais no Brasil, especialmente no tocante à garantia do direito à escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesse contexto, a elaboração e a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) emergem como estratégias pedagógicas fundamentais para a promoção de práticas inclusivas e equitativas no ambiente escolar.

O PEI, como instrumento norteador das ações pedagógicas voltadas ao atendimento das especificidades dos estudantes público alvo da Educação Especial, é previsto em documentos oficiais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e mais recentemente homologado no parecer 50 - Parecer CNE/CP nº 50/2023. No entanto, sua efetivação ainda encontra obstáculos que perpassam desde a ausência de formação adequada dos profissionais da educação até a falta de compreensão institucional sobre o seu papel pedagógico.

A presente pesquisa em fase inicial tem como objetivo analisar a implementação do PEI na rede pública municipal de ensino de Bom Jesus-PI, tendo como foco os desafios enfrentados pelos educadores e gestores no processo de elaboração e aplicação deste documento, à luz das narrativas dos coordenadores pedagógicos. Os aportes teóricos se baseiam nos estudos de Mantoan (2015, 2022), que defende uma escola comum para todos, e Aline Maira da Silva (2012), cujas reflexões enfatizam a importância do PEI, das políticas

públicas e da formação continuada para que a inclusão escolar seja, de fato, concretizada.

METODOLOGIA

A metodologia que será adotada para esta pesquisa seguirá por uma abordagem qualitativa de caráter narrativo, fundamentando-se nos relatos dos coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de Bom Jesus-PI acerca da implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para a inclusão dos alunos público alvo da educação especial. Ao interpretar as narrativas dos coordenadores pedagógicos, busca-se identificar os sentidos que eles atribuem ao processo de implementação do PEI, os desafios e as estratégias desenvolvidas no contexto da inclusão escolar.

Assim como aponta Connelly e Clandinin (1995, p.11) “[...] a razão principal para o uso da narrativa na pesquisa em educação é que nós seres humanos, somos organismos que, individual e socialmente, vivemos vidas contadas[...]”. Como reforçam os autores, “[...] a pesquisa narrativa é a forma com a qual os seres humanos experimentamos o mundo.” (Connolly; Clandinin, 1995, p. 11).

O que embasará uma análise identitária da construção docente, da construção de conhecimentos científicos e a relação direta com prática didático- pedagógica, orientando a elaboração da escrita desta pesquisa. Segundo Clandinin e Connelly (2015) se a experiência se manifesta de forma narrativa, a pesquisa deve servir como um recurso para compreender essa experiência.

A análise das narrativas se dará a partir da metodologia compreensiva- interpretativa (SOUZA, 2014), para além de uma mera descrição dos dados, buscar interpretar as subjetividades e os contextos destas. É preciso na pesquisa narrativa, no campo educacional, uma compreensão aprofundada das experiências individuais, considerando-as não como meros dados, mas como elementos centrais para compreender as relações entre história, identidade e formação. Como afirma Souza (2014, p. 43) “[...] centram-se nas trajetórias, percursos e experiências dos sujeitos, são marcadas por aspectos históricos e subjetivo frente às reflexões e análises construídas por cada um sobre o ato de lembrar, narrar e escrever sobre si.”

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com esta pesquisa, buscaremos compreender as reflexões dos coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de Bom Jesus - PI à luz de suas experiências na implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) para a inclusão dos alunos público alvo da educação especial. Investigaremos a relevância dessas experiências na construção de suas práticas de gestão inclusiva, no enfrentamento dos desafios e no desenvolvimento de estratégias colaborativas. A partir de suas narrativas, pretendemos contribuir para uma discussão fundamentada sobre os fatores que influenciam o processo

de implementação do PEI e como as vivências dos coordenadores se refletem em suas ações no contexto da educação inclusiva.

Assim, as narrativas dos coordenadores pedagógicos embasarão uma compreensão empírica sobre os desafios e as possibilidades encontradas na implementação do PEI, as estratégias de colaboração estabelecidas com os diferentes atores escolares (professores, equipe multidisciplinar, família), o impacto da implementação no desenvolvimento dos alunos e as marcas dessas experiências em suas práticas de gestão e na construção de uma identidade profissional voltada para a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PEI tem sido, muitas vezes, tratado como um documento meramente burocrático, elaborado de forma isolada e desconectada da prática pedagógica cotidiana. Essa realidade revela a necessidade urgente de fortalecer as políticas públicas de educação especial, com ênfase na formação continuada, no trabalho colaborativo e na construção de uma cultura escolar inclusiva.

As reflexões teóricas, aliadas às análises preliminares da pesquisa em andamento, apontam que a efetividade do PEI depende de um movimento coletivo, sustentado por políticas públicas que garantam as condições institucionais, materiais e formativas para sua construção. Como destacam Mantoan (2015) e Silva (2012), é imprescindível que o compromisso com a inclusão ultrapasse os discursos e se concretize em práticas que respeitem e valorizem as singularidades de cada estudante. Para tanto, é necessário investir em formações críticas, na escuta ativa das famílias e na consolidação de uma gestão escolar participativa, comprometida com os princípios de uma educação para todos

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 50/2023. Em seguida, adicione o título completo do parecer, seguido da data de aprovação (05 de dezembro de 2023) e, se aplicável, a data de publicação no Diário Oficial da União (DOU).

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiências e histórias na pesquisa qualitativa.** Uberlândia: EDUFU, 2015.

CONNELLY, F. Michael; CLANDININ, D. Jean. **Stories of experience and narrative inquiry.** *Education Researcher*, v. 19, n. 5, p. 2-14, 1995.

MANTOAN, Maria Teresa Edglér; LANUTI, José Eduardo de Oliveira Evangelista. **A escola que queremos para todos**. Curitiba: CRV, 2022.

MANTOAN, M.T.E..Inclusão **escolar: o que é? por quê ? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. – São Paulo: Moderna, 2015. – (coleção cotidiano escolar).

SILVA, A.M..Educação **especial e inclusão escolar**: história e fundamentos / Aline Maria da Silva – Curitiba: Intersaberes,2012.(Série Inclusão Escolar).

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica**: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. Educação, Santa Maria, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.